



CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO

ATA N.º 25/2024

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 23/10/2024

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE

VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES

MARIA GERTRUDES SALSINHA DAS NEVES GARCIA

RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, em substituição do Senhor Vereador Miguel José Fonseca Benthinho

LUÍS CARLOS ZORRO FERREIRA MENDES, em substituição do Senhor Vereador António Francisco Costa da Silva

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

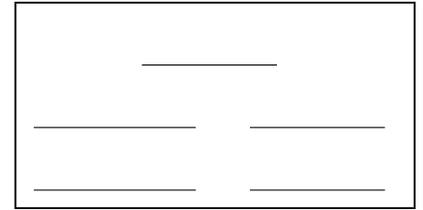
HORA DE ENCERRAMENTO: 19:45 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS:

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 17 /10/2024

CAIXA	12.377,90€
FUNDOS DE MANEIO.....	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 2- MARIA MANUEL GRILO ROBERTO	52,00€
FUNDO DE MANEIO 5 – FILIPE MIRANDA DUARTE.....	1000,00€
FUNDO DE MANEIO 6 –FÁBIO JOSÉ BRANCO PEREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 - HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1.000,00€
FUNDO DE MANEIO 9 - DANIELA DA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00€
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUÍSA MARQUES MIRA FERREIRA	1000,00€
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	1350.353,85€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	708.485,79€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	4.153,58€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	7.113,61€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530-FEDER.....	14.200,63€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	5.430,67€
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007030250.....	600,00 €
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007105850	34.749,79€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007121950.....	3.612,00€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.024,11€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00011923950.....	674,24€
C. G. D. – CONTA N. 0035/00207142150.....	1.205,20€
C. C. A. – CONTA N.º 0045/40122579668.....	124.855,04€
B.T.A. – CONTA Nº 0018/10814784001	258.812,84€
C. C. A.– CONTA N.º 0045/40122579743	295.192,49 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558.....	40.007,65 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682.....	50.864,41€
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	77.758,26 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	1.850.877,93 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.648.548,33€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	202.329,60€

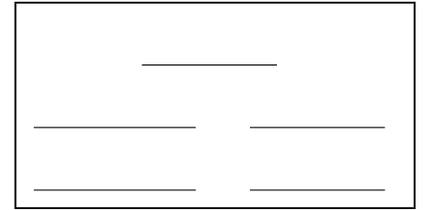


O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença dos cinco membros do órgão. -----

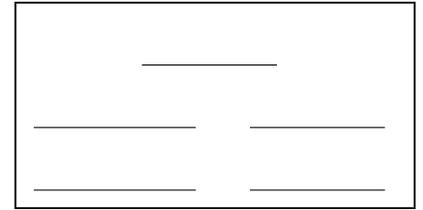
Começou por cumprimentar as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, os técnicos da Câmara que estavam a dar apoio à reunião, as pessoas presentes na sala e também quem estava a acompanhar a reunião através das redes sociais. -----

São os seguintes os pontos da ordem de trabalhos desta reunião:

1. Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----
2. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 4 de janeiro de 2023; -----
3. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 17 de janeiro de 2024; -----
4. Proposta de aprovação da ata relativa à reunião extraordinária de 22 de janeiro de 2024; -----
5. Informação sobre a Atividade da Câmara;
6. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Etnográfico de Viana do Alentejo (3º trimestre de 2024);
7. Proposta de transferência de verba para a ASTAVA - Associação de Solidariedade Social dos Trabalhadores das Autarquias do Concelho de Viana do Alentejo (3º trimestre de 2024); -----
8. Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas (3º trimestre de 2024);
9. Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses (organização Noite de Fados);
10. Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses - Grupo Coral de Aguiar (apoio a deslocação);
11. Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas (Programa Summer);
12. Proposta de transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial (Viana - Cáritas) - limpezas e pinturas das instalações;
13. Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense (organização de evento);
14. Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas (despesa com equipamentos);



15. Proposta de transferência de verba para a Associação Terras Dentro, no âmbito do Protocolo de colaboração entre o Município e a referida Associação; -----
16. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e Clube Amadores de Pesca de Viana do Alentejo, para a época desportiva 2024/25;
17. Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Sport Club Alcaçovense, para a época desportiva 2024/25;
18. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente autorizou a definição da data e do horário da XXIII Mostra de Doçaria;
19. Proposta de emissão de licença e isenção do pagamento de taxas à Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar, para venda de produtos alimentares, na Praça da República, até março de 2025;
20. Proposta de ratificação do despacho do senhor presidente que determinou a caducidade das tarifas mínimas a pagar pela instalação de divertimentos na Feira D'Aires/2024; -----
21. Proposta de venda de lote de terreno para instalação de atividades económicas - ZIVA; -----
22. Proposta de ratificação da 22ª alteração orçamental, que engloba a 29ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa;
23. Proposta de aprovação da 33ª alteração orçamental, que engloba a 30ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 25ª alteração permutativa ao PAM e a 17ª alteração permutativa ao PPI;
24. Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos n.º 20, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa; -----
25. Proposta de aprovação do Auto de Revisão de Preços n.º 20, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa; -----
26. Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares, n.º 6, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa; ----
27. Proposta de aprovação do 4º pedido de prorrogação de prazo da Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanas (ASA), em Viana do Alentejo; -----
28. Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 2, referente à Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo; -----



29. Proposta de discussão e de aprovação da pronúncia do Município de Viana do Alentejo sobre o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, na área dos Concelhos de Montemor-o-Novo, Évora, Viana do Alentejo e Vendas Novas, no âmbito da Consulta Pública do processo;

Não se verificou a presença de público.

Período de Antes da Ordem do Dia - Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia.

Começou por intervir a Senhora Vice-Presidente, que apresentou uma nota de pesar pelo falecimento do Professor Aníbal Alcino, artista plástico e pedagogo, que iniciou a sua carreira docente, em Viana do Alentejo, na área da cerâmica. Todos os elementos do órgão se associaram a esta nota de pesar, enviando as sentidas condolências à família e amigos, sendo também enviado para publicação nas redes sociais.

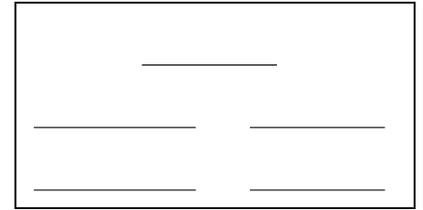
“Nota de Pesar pelo falecimento do Professor Aníbal Alcino”

Faleceu, ontem, aos 98 anos, o Mestre Aníbal Alcino, antigo professor da Escola de Olaria e Cerâmica Médico de Sousa, criada em 1893, por António Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo. Considerada um verdadeiro polo cultural dos anos 50/60 do Século XX, a escola acolheu nomes como Júlio Resende, mestre Francisco Lagarto e Aníbal Alcino, que modernizou os métodos de trabalho e de ensino, naquela que foi a primeira escola de cerâmica industrial do país.

O Executivo da Câmara Municipal de Viana do Alentejo expressa o seu profundo pesar pelo falecimento do Professor Aníbal Alcino, endereçando as mais sentidas condolências aos seus familiares e amigos”.

Em seguida, usou da palavra o Senhor Presidente que informou sobre a prorrogação do prazo da EBSIS, que será até dia 28 de fevereiro de 2025, contudo, ainda não tinha sido submetido a reunião de Câmara porque se estava a aguardar o parecer da fiscalização que, neste momento, estava a avaliar se seria um prazo “razoável”.

Prosseguindo Senhor Presidente apresentou o balanço dos 3 anos do seu mandato, o qual se transcreve:



“Reunião de Câmara 23 de Outubro 2024

Hoje vou ser longo, porque irei abordar algumas questões que ficaram por responder na última reunião.

Gostava de deixar aqui uma mensagem às Senhoras Vereadoras: ser Vereadora exige um grau de responsabilidade maior do que a qualquer outro cidadão.

A Sra. Vereadora Gertrudes Garcia disse aqui, como se tivesse alguns conhecimentos de engenharia, que “o cinema apresenta poder vir a fazer uma derrocada”. Julgo que queria dizer “a varanda”, mas ainda assim a senhora vereadora, pelo que sei tem conhecimentos em enfermagem, com essa afirmação está a contribuir para o pânico público e nós aqui nesta mesa/sala não estamos nem para enganar as pessoas nem para espalhar o pânico.

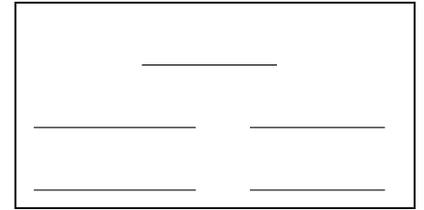
Eu sei que as Sras. Vereadoras vêm para aqui com a lição estudada, com informações de outras pessoas, algumas só falta ouvir a voz delas para afirmar quem as ensinou a escrever. Portanto, aconselho que sejam mais prudentes e cuidadosas a filtrar as informações que vos dão.

Outra afirmação enganadora e completamente partidarizada foi: “Assistimos a financiamentos perdidos e oportunidades de desenvolvimento únicas que tão cedo não vamos voltar a ter como as pré-fabricadas, simples construção do loteamento para o quartel e o próprio quartel, requalificação das ruas do concelho, e a perda lastimável de recursos humanos, já para não falar uma vez mais na compra da casa da Dona Maria José Fragoso que foi um tiro no pé, pois os edifícios estão cada vez mais degradados e sem qualquer utilização”.

1 – As casas pré-fabricadas, por muito que custe ao PS, vão ser construídas, até ao momento não fomos abrangidos pelo PRR que pagaria a totalidade, mas temos 60% do financiamento aprovado pelo IHRU no âmbito do acordo de colaboração e referente ao primeiro direto.

Já temos também, aquilo que o PS não conseguiu resolver, que é a legalização dos terrenos, ou seja a caderneta Urbana.

2 – Oportunidades perdidas de desenvolvimento?? O partido socialista teve 12 anos no executivo e não disponibilizou 1 único lote para habitação, nem a custos controlados nem a custos normais, o município tinha pelo menos 17 lotes de terrenos prontos a vender.



Durante 12 anos o anterior executivo, disponibilizou apenas 1 único lote na ZIVA, onde tinha 5 lotes disponíveis prontos a vender.

Este executivo já colocou à venda e disponibilizou, lotes a jovens a custos controlados e a empresários na zona industrial de viana. Pelo menos 3 vezes

Quem é que perdeu oportunidades de desenvolvimento?

O Anterior executivo deixou mais de 300 processos de urbanismo em atraso, nós ainda não estamos a dar as respostas que queremos, mas desde que tomamos posse os processos começaram a ter resposta e já resolvemos processos que tinham bastantes anos de atraso nesta casa.

Quem é que não só perdeu oportunidade de desenvolvimento como atrasou a vida a vários investidores?

*A obra da escola Isidoro de Sousa tinha o contrato assinado havia 2 anos e não houve nem competência, nem coragem para o começar..... **ou o Centro social de Aguiar** que ainda não o conseguimos licenciar devido às falhas graves que o projeto e a construção tem!*

*Ou a **envolvente do Santuário** que ainda hoje 2 anos depois de estar concluído as pessoas perguntam, quando acabamos a obra!*

Não há dúvida “Dizer que se fez é uma coisa, ter feito é outra”

O Quartel da GNR, há 7 anos atrás o executivo do PS, em vésperas de eleições trouxe cá uma secretaria de estado e garantiu que ia resolver o problema do Posto da GNR.

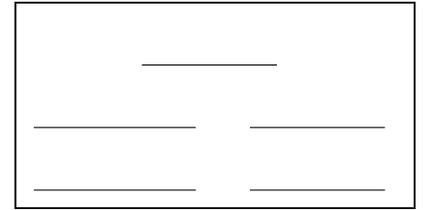
Fizerem pouco mais que zero, apenas projetaram o Quartel para cima de uma pedreira que vai custar aos cofres do estado 3 x mais do que se fosse num local bem escolhido.

Nós sem oportunidade de mudar de local, lançamos o concurso por 1270 mil euros que era o valor do protocolo, que já foi assinado neste mandato por pressão deste executivo, apareceu uma empresa a propor fazer a obra por 2 milhões de euros. Obviamente que o concurso caiu.

Estamos neste momento a aguardar uma resposta do ministério da administração interna para fazermos uma adenda para a verba em falta.

O vosso problema é que nós fazemos, o PS diz que fez....

As operações em execução (anexo)



Não vou falar muito nas ruas do concelho, apenas dizer que o dinheiro que o executivo anterior gastou em vésperas de eleições a alcatroar duas azinhagas da barca e a outra em frente em viana, dava para alcatroar mais de metade das ruas do concelho.

Perda lastimável de recursos humanos, sabem porquê Sras. vereadoras porque as pessoas que saíram por vontade própria, o anterior executivo não as deixou sair, uma grande parte estavam contrariadas e não puderam aproveitar outras oportunidades que tiveram. Este executivo dá oportunidades aos trabalhadores para evoluírem nas suas carreiras profissionais, deixando-os sair.

Os outros que se foram embora, os que foram para a reforma, muitos deles, não foram antes porque não tinham as carreiras atualizadas, porque tiveram 5 anos sem atualizar os seus salários e esses trabalhadores tiveram que aguardar mais uns anos para levarem mais uns euros para casa,

“nós atualizamos as carreiras dos trabalhadores e as suas avaliações”.

Sobre a casa que compramos à santa casa, pouco vou dizer, apenas que não me arrependo porque foi um bom negocio para o Município e ajudamos a Santa casa de Viana do Alentejo.

Deixo a pergunta se fossem as senhoras a decidir não ajudava a Santa casa da Misericórdia que na altura tinha uma dívida superior a 400 mil euros, deixavam cair a santa casa da Misericórdia de viana? Onde já havia fornecedores que se recusavam a fornecer a Santa casa.

Sras. vereadoras, nós fazemos, nós resolvemos e resolvemos muitos problemas que o anterior executivo não teve capacidade para o fazer. “

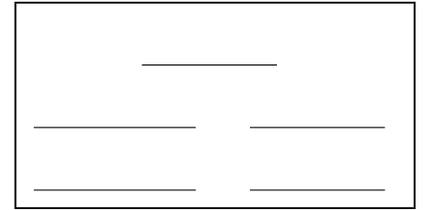
O Senhor Vereador Luís Mendes interveio e, pedindo permissão ao Senhor Presidente porque interrompeu o seu discurso, disse que “pensava que o Senhor Presidente ia fazer o balanço dos seus 3 anos de mandato, mas parecia-lhe campanha eleitoral”. -----

O Senhor Presidente respondeu que “o que estava a fazer era o balanço dos 3 anos do seu mandato e se ele não se metia no que o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras diziam e escreviam, eles também não teriam de se meter naquilo que ele dizia porque assumia as responsabilidades daquilo que dizia”.-----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Rafael que manifestou o seu desagrado pela forma como o Senhor Presidente se dirigiu ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras. -----

O Senhor Presidente pediu para não ser interrompido porque quando terminasse, todos teriam oportunidade de dizerem “o que quisessem”. Além disso, “nunca tinha limitado tempo de intervenção a ninguém”. Naquele dia, tinha direito de fazer o “seu balanço e dizer aquilo que entendia”.-----

Terminado o seu discurso do balanço de 3 anos de mandato, o Senhor Presidente disse que tudo o que tinha referido era da sua responsabilidade e “não disse nada que não tivesse feito durante



estes 3 anos”.

De seguida, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Rita Rafael que começou por se referir às palavras do Senhor Presidente quanto às intervenções das Senhoras Vereadoras do PS.

A Senhora Vereadora disse que “não era política profissional e que não tinha a mesma experiência política que qualquer um dos que ali estavam, mas que estava a fazer o seu melhor, em prol da população”.

Disse que representava um Partido Político, o PS, e que a sua maior ambição era dar o melhor aos municípios e que “esses eram os valores mais altos para si e para o PS”. Acrescentou que era verdade que trabalhavam em equipa, porém, não precisava que lhe dissessem o que era para referir porque tinha as suas próprias capacidades e sabia analisar as situações. Por isso, agradecia que o Senhor Presidente não voltasse a referir-se às Senhoras Vereadoras do PS daquela forma e a reduzi-las a uma insignificância –afirmou.

Prosseguindo, mencionou o Quartel da G.N.R, e disse que “quanto mais tempo passasse, mais custos teria”.

Relativamente à EBSIS, tendo em conta a data da prorrogação, 28 de fevereiro, disse que já havia 1 ano e 2 meses de atraso.

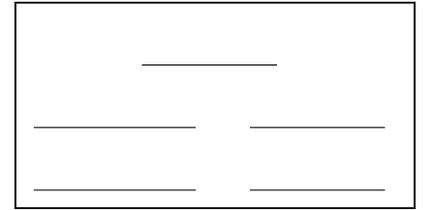
Em relação aos recursos humanos, referiu que “o anterior executivo não deixava sair os funcionários”, e que o atual executivo “até deixava sair os que não queriam”.

Quanto às Pseudomonas, pediu que lhe facultassem os dados para se poderem pronunciar, pois ainda não tinham recebido essa informação. Para garantir que os e-mails fossem rececionados, era preciso um recibo de leitura, o que não tinha acontecido.

Reportando-se ao balanço dos 3 anos de mandato do executivo, a Senhora Vereadora referiu que o Senhor Presidente, para além de enunciar os trabalhos feitos, também referiu projetos futuros, e isto é “campanha leitoral”. Esta situação já se tinha passado numa entrevista dada, recentemente, pelo Senhor Presidente.

Continuando a sua intervenção, questionou quanto à alteração do regulamento de atribuição das bolsas de estudo para o ensino superior, de forma a que se consigam abranger todos os alunos. A senhora Vereadora lembrou que este assunto fazia parte do programa da CDU. Já tinham passado 3 anos e tudo se mantinha.

Manifestou o seu degrado quanto ao dinheiro gasto com pinturas em casas a cair e sem telhado,



quando havia um imóvel da câmara, numa das entradas do Concelho, na Zona Industrial de Viana do Alentejo (antiga loja social).

O Senhor Presidente interveio e disse que aquele edifício estava ilegal. Tinha havido uma candidatura submetida pelo anterior executivo, mas que tinha “caído”, dada a sua ilegalidade. -- Pediu, ainda, o Parecer da Proteção Civil sobre o Centro Social de Aguiar e afirmou que, se a obra não estava terminada, o anterior executivo não podia ter pedido a vistoria daquela entidade. Para além disto, referiu que o jantar de Natal do ano transato tinha sido realizado naquele espaço e que, tendo em conta a situação, poderia ter corrido mal e ter colocado toda a gente em perigo. - Usou da palavra o Senhor Presidente que referiu não existir ainda nenhum parecer da Proteção Civil. A Senhora Vereadora garantiu que tinha sido dito na reunião anterior que havia esse parecer com aquilo que era necessário alterar.

O Senhor Presidente disse que se tinha chegado à conclusão que era impossível corrigir a má execução daquela obra e que não seria preciso um parecer da Proteção Civil para “dizer que estava ilegal uma saída de emergência”, entre outras situações.

Em relação às bolsas de estudo, o Senhor Presidente disse que ainda não tinha havido qualquer alteração ao regulamento.

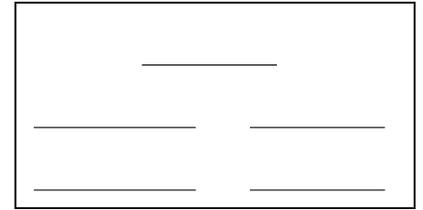
Interveio, de seguida, a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia que começou por realçar a boa iniciativa da pintura mural que enaltece o Cante alentejano, nas três freguesias do Concelho, contudo, o local escolhido em Viana do Alentejo, o Cineteatro Vianense, não tinha sido o mais adequado, tendo em conta que se alterava um edifício icónico dos anos 40-----

A Senhora Vereadora salientou que o executivo em permanência deveria ter ouvido os Vereadores da oposição, pois a escolha em relação à freguesia de Viana, revelava alguma insensibilidade para com o património arquitetónico, dado que havia outros locais mais apropriados. Para além disso, o edifício em causa necessitava de intervenções nos varandins, por questões de segurança. -----

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia perguntou para quando estava prevista a manutenção das grelhas que atravessavam as estradas que, por falta de manutenção, produziam um “barulho infernal” à passagem dos veículos.

Referiu-se, ainda, ao ponto de situação da aquisição do autocarro, dado que tinham viabilizado o processo, para que o mesmo não parasse, com a condição de que o executivo lhes enviase o Parecer Jurídico, o que ainda não se verificou.

Continuando a sua intervenção, a Senhora Vereadora, no âmbito do mês sénior, disse que tinha



constatado que a Noite de Fados, que tinha decorrido no Cineteatro Vianense, no passado domingo, não tinha tido muita participação, pois, as fotos assim o confirmavam. -----

Esta iniciativa, quando era realizada no Salão de Festas de Aguiar, em que se recriava um ambiente de Casa de Fados, por norma, enchia-disse.

A Senhora Vereadora questionou, ainda, a situação do Centro Interpretativo da Arte Oleira. -----

O Senhor Presidente respondeu que em relação ao Centro Interpretativo da Arte Oleira, estava-se a iniciar o procedimento para o projeto. Teria de ser contratado um Arquiteto e só depois se poderia avançar. O Senhor Presidente disse, ainda, que este projeto poderia ser financiado e que os avisos, saíam, por vezes, com algum rigor.

Em relação à Noite Fados, o Senhor Presidente disse que tinha perguntado quantas pessoas estavam presentes e disseram-lhe que estiveram cerca de 124. A alteração do local desta iniciativa prendia-se com o tempo de pandemia Covid-19, e explicou que, quando o atual executivo assumiu funções, ainda se vivia com muitas restrições, o que levou a ter de fazer algumas alterações. Apesar de não ter o mesmo ambiente que se recriava no Salão de Festas, em Aguiar, as condições deste espaço eram outras.

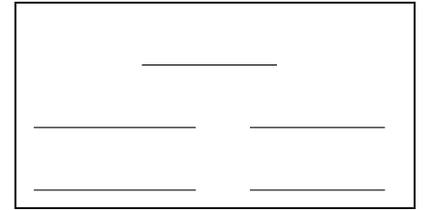
Em resposta ao assunto do leasing do autocarro, o Senhor Presidente disse que se aguardava o Parecer escrito da Jurista da câmara. Havia dois pareceres que eram unânimes na continuidade do processo, mas a Jurista da Câmara não concordava com essa opinião. Caso o Parecer seja no sentido de se iniciar um novo processo, terá de ser realizada uma reunião extraordinária da Câmara, na próxima semana, de forma a poder submeter o assunto a aprovação em sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

No que diz respeito às grelhas, o Senhor Presidente disse que já tinham sido reparadas uma em Viana e três em Alcáçovas e agradecia que lhe fossem “passando essa mensagem”, para se irem resolvendo estas situações.

A escolha do mural para as pinturas alusivas ao Cante Alentejano em Viana do Alentejo, disse que “era a opinião das Senhoras Vereadoras”. No seu ponto de vista, considerava que ficava muito bonito, no sítio escolhido e já tinha ouvido bastantes elogios a propósito disso. -----

A Senhora Vice-Presidente interveio e explicou que o executivo em permanência tinha falado com os Técnicos e com alguns munícipes e acreditava que o sítio escolhido era o adequado, visto que era um espaço cultural.

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia insistiu que este assunto deveria ter sido discutido



em reunião de Câmara porque são decisões com muitas implicações no futuro-disse. -----

O Senhor Presidente disse que os locais escolhidos resultaram de propostas que foram apresentadas para este fim, portanto, não tinha sido opção do executivo. -----

A Senhora Vice-Presidente, referiu-se, ainda, ao mês sénior e salientou que todas as atividades realizadas tinham estado “repletas de gente”, pelo que não deviam estar a focar-se numa Noite de Fados, que até tinha corrido bem-afirmou. -----

Em Aguiar, continuou-se a realizar atividades, não houve Noite de Fados, mas haveria outras iniciativas.-----

A terminar, deixou um agradecimento aos Técnicos e a todos os que se têm esforçado para que tudo corresse da melhor forma. -----

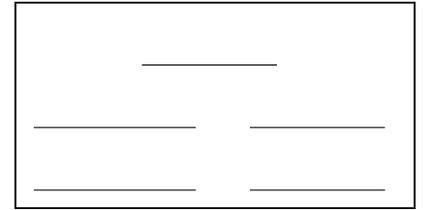
Usou da palavra o Senhor Vereador Luís Mendes que cumprimentou o Senhor Presidente e as Senhoras Vereadoras, os Técnicos e todos os que assistiam pelas redes sociais. -----

Iniciou a sua intervenção, felicitando o Município pelas boas práticas de apoio às famílias, tendo sido distinguido pelo prémio “Autarquia + Familiarmente responsável, atribuído pelo Observatório das Autarquias familiarmente Responsáveis. -----

Referiu-se, de seguida, à avaliação dos 3 anos de mandato do executivo, feita pelo Senhor Presidente, na qual “se sentiu obrigado a intervir” e disse que facilitaria muito se as listagens dos projetos em execução ou em planeamento fossem, atempadamente, enviadas à Vereação. O Senhor Vereador disse ainda que seria “boa prática”, quando houvesse uma nova candidatura ou início de alguma obra, o documento fosse enviado, para que a Câmara, para que se soubesse quais eram os objetivos e quais eram as obras estruturantes e estruturais para o Município, de forma a poder-se discutir politicamente sobre elas. -----

Avaliando os 3 anos de mandato do executivo, o Senhor Vereador disse que na opinião da força política que representava, era um mandato que “deixava muito a desejar”. Era um mandato que pecava pela falta de visão, pela falta de uma estratégia para o território, com falta de ambição, com falta de um desígnio que unisse,” à volta da mesa” os agentes políticos, num ímpeto de mudança, de reforma, de fixar pessoas, de trazer empresas... -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador Luís Mendes referiu-se à “dinâmica económica” que o Senhor Presidente salientou na sua intervenção e disse que gostaria que “isso fosse palpável” porque nas evidências do dia-a-dia, isso não era real. Não havia dinâmica económica, nem cultural, pois não se viam quais as apostas deste executivo em permanência para



deixar uma marca no Concelho- afirmou.

O Senhor Vereador recordou que o Senhor Presidente tinha dado uma entrevista numa rádio local, na qual fez o balanço dos 3 anos do seu mandato. Dessa entrevista, o “grande chavão” que tinha ficado era “Viana do Alentejo pondera tomar posse de casas devolutas”. Perguntou o Senhor Vereador “para quê”? “com que dinheiro”? e “de que forma”? Esta afirmação tinha consequências políticas-disse.

Neste contexto, solicitou ao Senhor Presidente que lhes explicasse para que iria servir tomada de posse daquelas casas e com que custo. Para além disso, pediu para identificar as referidas casas e com que critério foram definidas.

Perante estes factos, o Senhor Vereador avaliou negativamente o mandato do executivo em permanência e afirmou que tinha verificado que já se estava a preparar o novo ciclo eleitoral. ---

Referiu-se, também, à intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, na última reunião de Câmara na qual se focou na “solução dos problemas”. -----

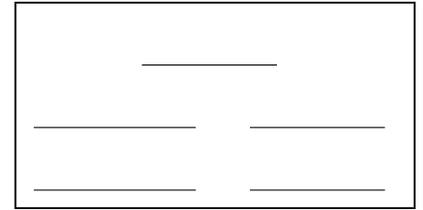
Prosseguindo, disse que o Senhor Presidente, na sua intervenção, antes dos “grandes anúncios para o futuro” tinha-se focado e bem” nos erros do anterior executivo, contudo, o Senhor Presidente tinha sido Vereador nos últimos 4 anos, pelo que estaria a par dos processos e, neste sentido, passados 3 anos da inauguração do Centro Social de Aguiar, chegava-se à conclusão que não foi feito nenhum pedido de parecer à Proteção Civil. Se nada disso foi feito, por que não se corrigem os erros que foram identificados – perguntou. -----

Quanto ao Bairro Social de Aguiar, lembrou que “em vésperas de eleições havia projetos das casas, na propaganda eleitoral da CDU”. Passados 3 anos, o processo estava normalizado, mas as coisas tinham sido feitas de forma “atabalhoadas”. Poder-se-ia ter aproveitado a oportunidade única do PRR-Plano de Recuperação e Resiliência e foi desperdiçada- afirmou. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes, disse ainda que da parte da força política VIVA nunca tinha havido qualquer impedimento para que a Câmara contratasse ou reforçasse as equipas técnicas, nomeadamente, do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento do Concelho e até da Divisão Urbanística.

O Senhor Vereador sublinhou que, em relação ao Bairro Social de Aguiar, fazia votos para que não se “perdessem os 60% de financiamento e se construíssem as casas. -----

Relativamente à EBSIS, disse que tinha “estranhado” o facto de não ter sido submetido a reunião de Câmara a prorrogação do prazo, pois o prazo limite tinha sido no dia 14 de outubro e desde o



dia 15 de outubro que a obra estava parada. De acordo com as previsões do Senhor engenheiro, esperava-se que a data de conclusão fosse 31 de dezembro de 2024, e agora havia mais dois meses de prorrogação, sendo a data prevista 28 de fevereiro de 2025- afirmou -----

Esta era a maior obra a decorrer no Concelho e era “angustiante andar de atraso em atraso” e não haver um prazo final para a obra da EBSIS –disse. -----

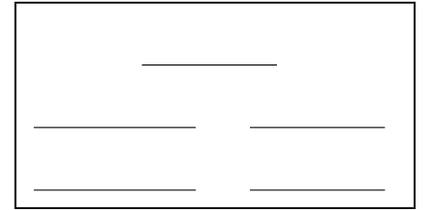
Em relação às estradas e caminhos municipais que se encontram em mau estado, disse que o Município devia ter uma estratégia e uma visão, de forma a calendarizar e priorizar ações, pois esta situação estava a causar prejuízos a quem nelas circulava. -----

Relativamente ao Cineteatro e às pinturas, disse que “gostos não se discutiam”, mas que era uma marca identitária, contudo, em Viana e Alcáçovas, o sítio escolhido não era o mais visível a quem chegava, comparado com os outros murais que estão nas entradas das localidades. A escolha do Cineteatro, pareceu-lhe errada, tendo em conta que esta pintura “era uma mancha num edifício icónico, que tinha sido recuperado”. No que diz respeito à freguesia de Alcáçovas, questionou o facto de aquela pintura ter sido realizada num património particular, quando havia património público, onde isso poderia ter sido feito. -----

Interveio a Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia que se referiu às palavras do Senhor Vereador Luís Mendes em relação à pré-campanha e leu um artigo do boletim municipal de setembro de 2009. Este mencionava a regularização dos terrenos das casas pré-fabricadas, que não era isso que se constava-afirmou. -----

Interveio o Senhor Presidente que referiu que “talvez fosse semelhante àquilo que o PS tinha feito em relação a mostrar projetos que não existiam. Disse que tinha provas de que as casas tinham sido agora legalizadas e que tinham tido muito trabalho para resolver a situação. -----

Em seguida, interveio o Senhor Arquiteto Miguel Machado, Chefe da Divisão Urbanística e Processual que, a pedido do Senhor Presidente, esclareceu o assunto relativo ao ponto nº 29 da Ordem de Trabalhos, uma vez que documento enviado para conhecimento do Senhor Vereador e das Senhoras Vereadoras tinha sido recebido pouco tempo antes da reunião de Câmara, pelo que não houve tempo para a sua análise, além de que o mesmo era de difícil interpretação.– *“Proposta de discussão e de aprovação da pronúncia do Município de Viana do Alentejo sobre o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, na área dos Concelhos de Montemor-o-Novo, Évora, Viana do Alentejo e Vendas Novas, no âmbito da Consulta Pública do processo”*. -----



O Senhor Arquiteto começou por explicar que o este assunto incidia mais sobre o Concelho de Montemor-o-Novo, mas que apanhava duas pequenas zonas do nosso Concelho, cerca de 254 hectares. Disse o Senhor Arquiteto que tinha sido feita a transcrição do parecer daquilo que o Plano Diretor Municipal classificava em termos de solo naquelas áreas e das suas contingências, designadamente, sobreiros, zonas REN (Reserva Ecológica Nacional) e RAN (Reserva Agrícola Nacional), alto risco de incêndios.

Perante estes dados, o Senhor Arquiteto afirmou que muito dificilmente, no Concelho de Viana, iria acontecer esta atividade de prospeção mineira.

Para além disto, outras entidades externas, terão de emitir os seus pareceres, como é o caso da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) ICNF Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), Entidade Regional de Reserva Agrícola, Proteção Civil.

Interveio o Senhor Presidente e questionou se a resposta que se iria dar àquele assunto, poderia comprometer o Município ou seria, apenas, a contribuição do Município para a discussão pública.

O Senhor Arquiteto respondeu que, nesta fase, era o contributo da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, no sentido de informar a empresa das condicionantes do nosso Plano Diretor Municipal.

“Não era nenhuma autorização nem nenhum licenciamento” –afirmou-----

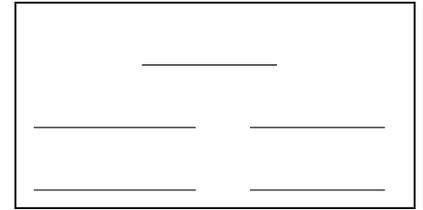
Disse o Senhor Arquiteto que a resposta final do Município, mas dependente de pareceres externos.....

Voltando a usar da palavra, o Senhor Presidente e retomando o assunto relativo ao balanço dos 3 anos do seu mandato, disse que “não esperava que o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras fizessem uma avaliação positiva porque até nas coisas positivas encontravam alguma coisa negativa”. Era normal e fazia parte, pois os programas eram diferentes e as forças políticas também -acrescentou.

Agradeceu as felicitações e o reconhecimento pelo prémio recebido “Autarquia + Familiarmente responsável e reforçou que havia muito trabalho a fazer no Concelho. Não eram só as obras, mas também a questão social, a proximidade e apoio às famílias.

O Senhor Presidente regozijou-se com a atribuição deste prémio e agradeceu e enalteceu o bom trabalho desenvolvido pelos técnicos, nesta área.

Relativamente à posse administrativa das casas devolutas, o Senhor Presidente perguntou se o Senhor Vereador Luís Mendes não concordava com a atitude do executivo em permanência, na questão da notificação aos proprietários de casas degradadas. Esta medida tinha surtido algum



feito, na medida em que alguns colaboraram de imediato e pintaram e rebocaram os imóveis. Outros não corresponderam, apesar da insistência. -----

O Senhor Presidente referiu que iriam continuar a insistir para que os proprietários se responsabilizem por esta situação porque não era intenção do executivo “ficar com as casas de ninguém” pois, não tinha possibilidades económicas, nem interesse -disse. -----

O objetivo, caso os proprietários não procedam de acordo com a insistência do Município, tomar-se-á a posse administrativa desse bem e se o mesmo tiver possibilidade de recuperação, a Câmara encarregar-se-á de a fazer e apresentará a fatura ao proprietário. Caso este não pretenda manter o imóvel, a Câmara colocá-lo-á no mercado. “Mais uma vez, era preciso ter coragem política para defender os nossos munícipes” - disse. -----

Quanto à questão do Centro Social de Aguiar, afirmou que tinha de ser inaugurado e que o processo tinha de ser fechado, caso contrário, teriam de devolver os fundos. Portanto, a inauguração foi feita intencionalmente, ainda que tivesse tido conhecimento de alguns problemas.

A Senhora Vereadora Rita Rafael questionou se não tinha sido pedida a vistoria da Proteção civil.

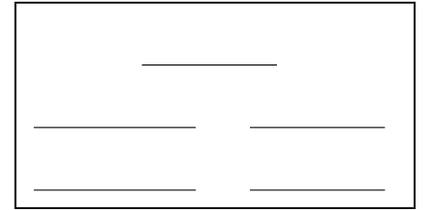
O Senhor Presidente respondeu que não, pois, a empresa responsável pela obra ainda tinha de fazer alguns arranjos. Atualmente, a dita empresa estava falida e seria a Câmara a ter de “remediar a situação”, assumindo a resolução dos problemas. Para além daqueles que foram detetados, havia também a questão dos muros das casas das pessoas “que não foram feitos, tendo agora a Câmara de os construir, conforme com a disponibilidade. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente disse que tinha havido um contacto com o projetista daquela obra, em virtude das irregularidades que se verificaram naquele espaço. O projetista negou ter sido ele a elaborar aquele projeto, pois o seu “não era assim” -disse. -----

Assim, o Senhor Presidente reforçou o problema que existia com aquele espaço e que tem sido difícil de resolver e afirmou que “ninguém mais do que executivo gostaria de ter o espaço à disposição da população.....-

Verificou-se, de seguida, a intervenção do Senhor Vereador Luís Mendes que perguntou se o equipamento e Biblioteca tinha garantidas as questões de segurança. -----

O Senhor Presidente respondeu afirmativamente e referiu que havia um pormenor ou outro que ainda não estava a funcionar como se pretendia, tendo em conta que o espaço ainda não estava a funcionar. -----



Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente referiu-se ao facto de o Senhor Vereador Luís Mendes ter apontado a falta de “reformas” na gestão deste executivo, disse que “provavelmente, não estariam os dois no mesmo Concelho”, visto que a sua opinião era muito diferente. -----

Referiu o défice de restauração no Concelho, sobretudo em Viana do Alentejo, em Alcáçovas a situação era diferente. O aluguer de quartos era frequente e casas particulares e hospedarias estavam cheias- disse. Para além disto, “viam-se obras como há muito tempo não se viam neste concelho” ..-----

O Senhor Presidente disse que “isto era a prova de que a economia mexia” e tinha também sido inaugurado novo supermercado e reaberto um café em Viana do Alentejo, o que significava que as pessoas acreditavam na economia deste Concelho, caso contrário, não fariam tais investimentos. -----

Concluiu que, quando terminasse este mandato, teria todas as instalações de saúde renovadas, no Concelho, para mais “15 ou 20 anos”, assim como as instalações da educação e, presumivelmente, o início das obras do Posto da G.N.R.

Estes eram os três “marcos históricos” na Saúde, Educação e Segurança que deixaria em relação ao seu mandato, pois, nunca houve, neste Concelho tanto investimento - afirmou. -----

Disse o Senhor Presidente que “não se importava do nome que constaria nas placas de inauguração, queria era começar as obras”. ..-----

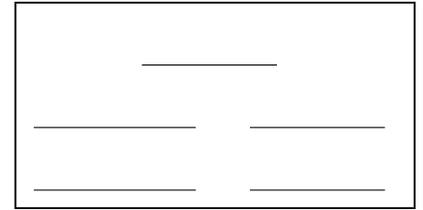
Quanto às entrevistas que deu, perguntou se tinha “dito alguma mentira”, porque se fosse esse o caso, que fosse corrigido para não voltasse a acontecer”. -----

No que diz respeito à questão do pessoal, referiu que “não conseguia perceber por que motivo tinha sido viabilizado o Orçamento de 2022, o qual contemplava uma verba para os postos de trabalho propostos e, a seguir, reprovou-se o Mapa de Pessoal de 2022”. -----

Relativamente à obra da escola, disse que não dependia da Câmara e que tinha falado com o Engenheiro, questionando-o sobre a data de prorrogação da obra. O problema estava na falta de pessoal e que era bastante difícil conseguir mais. -----

Assim, disse que a Câmara não podia ser responsabilizada por este atraso e assegurou que, apesar destes atrasos, a escola ficaria com “bons acabamentos e uma construção bem-feita”. Em sua opinião, disse que era preferível que as obras fossem devagar, mas que chegassem ao fim com condições” ..-----

Quando houvesse oportunidade e disponibilidade fariam uma visita, na qual poderiam verificar a qualidade da obra e a preocupação que a empresa tem tido neste trabalho. Sabia-se que com



todos estes atrasos, a obra ascendia a valores muito mais elevados do que o previsto, no entanto, tudo indicava que a Câmara fosse receber esse dinheiro. O Senhor Presidente sublinhou que com a passagem do Portugal 2020 para o 2030, nunca mais tinham recebido dinheiro nenhum porque ainda não havia pagamentos do Portugal 2030.

Prosseguindo, afirmou que o Orçamento “estava esgotado” com estas situações em que a câmara teve de avançar com o dinheiro. “A Câmara tinha dinheiro, não tinha era Orçamento “disse. -----

Referindo-se às estradas e caminhos, disse que concordava com alguns munícipes e sugeriu que as pessoas informassem a Câmara dos problemas, embora não tivessem obrigação de o fazer. ---

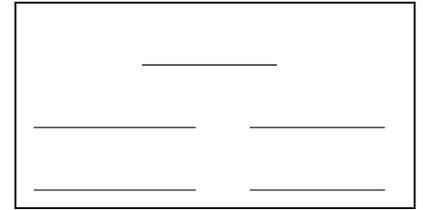
Disse que tinha o seu habitual atendimento aos munícipes e que até se deslocava a Alcáçovas quando era necessário e também o fazia em Aguiar, mas ainda não tinha acontecido. Neste espaço de atendimento, os munícipes já tinham levado esses problemas, que foram solucionados e, mais tarde tinham voltado para agradecer.

No que respeita aos murais, disse que as opiniões eram diferentes e que o assunto já tinha sido explicado, não havendo necessidade de voltar a repetir-se. Acrescentou que não tinha sido o executivo que tinha proposto, mas sim os técnicos. O executivo tinha concordado e colaborado. Em Alcáçovas, tinha sido mais difícil em conseguir um espaço para aquele efeito, mas estando no trajeto da Estrada Nacional 2, ficou no sítio correto.

A Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, no uso da palavra, referiu-se à questão da inviabilização do Orçamento Municipal e ao Mapa de Pessoal que estava inserido no Orçamento e salientou que o aumento do Mapa de Pessoal não comprometia só este Orçamento, comprometia, pelo menos, “os futuros 30 Orçamentos”, porque os trabalhadores não ficariam só o período de um ano. Essa tinha sido a razão que levou à reprovação do Mapa de Pessoal, por parte do PS.

O Senhor Presidente respondeu e disse que “via as coisas de outra forma” porque os serviços não podiam parar ou não deviam” e estavam a demorar a resposta às solicitações que tinham porque “primeiro as pessoas saíam e só depois podiam entrar outras,”. Durante esse tempo, os serviços acumulavam trabalho, o que não acontecia se o Mapa de Pessoal estivesse aberto para se admitirem trabalhadores quando fosse necessário – disse. Sabia-se que a Câmara tinha um grupo de trabalhadores “envelhecido” e que muitos iriam terminar as suas funções. -----

O Senhor Presidente referiu que se tinham dirigido às divisões para auscultar as suas necessidades e “cortaram” aquilo que acharam que era demasiado e os Senhores Vereadores ainda cortaram



mais-afirmou. Assim, disse que não podia assumir essa responsabilidade, porque “tinha a solução séria e viável para o problema” .

Verificou-se a intervenção do Senhor Vereador Luís Mendes que se reportou à afirmação “ambiciosa” do Senhor Presidente, fazendo votos para que se cumprisse o seu objetivo de ter todas as instalações de Saúde, Educação e Segurança, renovadas até ao final do seu mandato. --- Em relação às instalações de Saúde disse que tinha sido “uma janela que se abriu por via do Governo Central”, cuja oportunidade tinha de ser aproveitada. Se havia financiamento, faziam-se obras, isso “era de elementar bom senso” -afirmou.

A crítica que a sua força política fazia era que “se ia ao reboque daquilo que eram as linhas de financiamento, sem se ter à partida um “desígnio” para o Município.

Disse o Senhor Vereador cada um tinha o seu programa eleitoral e quem tinha sido eleito com a maioria dos votos tinha a gestão da Câmara, contudo, não tinha a maioria dos mandatos. Nesse caso, teria de dialogar e fazer negociações com as forças políticas adversárias, tendo a capacidade de acomodar as suas iniciativas e as iniciativas da oposição, sabendo sempre que quem está a governar era o Senhor Presidente.

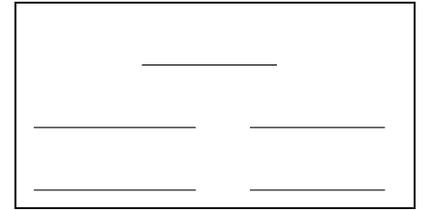
Continuando a intervir, o Senhor Vereador Luís Mendes disse que tinha de haver o “mínimo de concertação, de diálogo e de uma lógica construtiva para que as coisas avançassem.” Da parte do VIVA, sempre tinha havido essa abertura para se construírem melhores soluções, o resto eram opções políticas- disse.

O Senhor Vereador reforçou a questão da ausência de marca para o Concelho, que se prendia com falta de visão a médio prazo daquilo que se quer para este território.

Realçou a importância do diálogo para que todos ficassem a ganhar, desde as populações, àqueles que nos visitam.

Interveio o Senhor Presidente e disse que “não era uma questão de saírem os avisos, mas de os saberem aproveitar”, embora não tivessem capacidade para responder como gostariam, mas tinham tido visão para essas questões e exemplificou com a requalificação da Escola de Aguiar. O que estava “fora de controle” era o financiamento do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência para o Bairro Social de Aguiar e para a Escola de Alcáçovas, mas que não aconteceu apenas à Câmara de Viana. “O dinheiro não chegou para todos” - disse. Poucas Câmaras foram contempladas com esse financiamento e não se podia dizer que fosse má gestão.

O Senhor Presidente referiu que, relativamente a negociações, sempre tinha estado aberto, tanto



no Orçamento como no Mapa de Pessoal e que “se sentava à mesa” para discutir estes assuntos com a oposição.

A terminar a sua intervenção reforçou que este executivo deixaria “marcas”, no entanto, independentemente, do tempo que estivesse no executivo, haveria sempre coisas que ficariam por fazer.

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia. –

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata em minuta no final da reunião-----

Ponto dois) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 4 de janeiro de 2023-

Relativamente a esta ata, o Senhor Vereador Luís Mendes interveio e referiu que disse que a mesma não podia ser votada por falta de quórum, pois não estavam presentes três dos Vereadores que participaram na reunião a que a ata se referia.

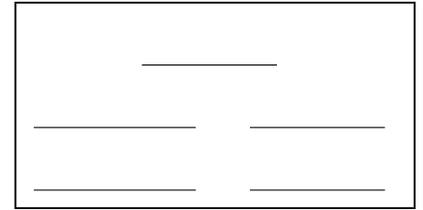
O Senhor Presidente disse que “não era o que costumava acontecer”, pois já se tinham aprovado atas na mesma situação e exemplificou com a aprovação da ata da reunião extraordinária de 30 de novembro de 2023, na reunião de 3 de julho de 2024.

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e disse que aquela situação não era legal.

O Senhor Presidente referiu que tinham pesquisado este assunto, mas que nada havia a propósito desta questão.

Para melhor esclarecimento deste assunto, o Senhor Presidente solicitou a presença do Dr. Eduardo Luciano que referiu ter contactado a Dra. Isabel Moraes Cardoso, e concluíram que não havia nada na lei que impedisse a votação porque o quórum estava relacionado com a reunião e não com a votação da ata. Disse, ainda, o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente que o que acontecia era que as pessoas que não estiveram presentes naquela reunião poderiam participar na discussão da ata. Havia ainda uma situação mais complicada que era a questão de uma ata do mandato anterior que não tinha sido aprovada- disse.

Ainda sobre a aprovação das atas nestas circunstâncias, realçou que quem poderia levantar alguma questão seriam aquelas que não estavam presentes e que podiam, através de um ato administrativo próprio, dizer que não reconheciam a aprovação daquela ata.



À pergunta da Senhora Vereadora Rita Rafael sobre a legalidade da aprovação da ata por apenas dois membros do órgão, eleitos pela mesma força política, o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente respondeu que que eram todos eleitos “em pé de igualdade”, independentemente das forças políticas. Neste sentido, só as pessoas que estiveram presentes na reunião é que podem aprovar a ata e só quem tinha legitimidade para intervir, eram as pessoas que não estavam presentes na reunião e poderiam pôr em causa a aprovação da mesma, caso ainda fossem membros do órgão -afirmou.

Disse o Dr. Eduardo Luciano sugeriu ao Senhor Presidente comunicasse aos membros do órgão que não estavam presentes na reunião de hoje e que tinham estado na reunião relativa à ata em questão, que esta tinha sido aprovada pelos presentes e aguardar-se-ia pela reação dos mesmos. Referindo-me ao facto de as atas serem submetidas a aprovação “fora de tempo”, conforme foi mencionado pela Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia, disse que esta situação potenciava este problema que hoje se tinha verificado.

A terminar a sua intervenção, alertou para outro assunto que estava relacionado com a Informação sobre a Atividade da Câmara, na qual se tinha verificado um lapso e que corrigiu naquele momento.

Após as explicações dadas, o Senhor Presidente submeteu a votação a referida ata, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não votaram as Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e o Senhor Vereador Luís Mendes por não terem estado presentes.

Ponto três) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião ordinária de 17 de janeiro de 2024

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata relativa à reunião ordinária de 17 de janeiro de 2024.

Não votaram as Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e o Senhor Vereador Luís Mendes por não terem estado presentes.

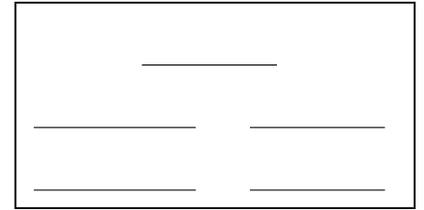
Ponto quatro) Proposta de aprovação da ata relativa à reunião extraordinária de 22 de janeiro de 2024 - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a ata relativa à reunião extraordinária

de 22 de janeiro de 2024.

Não votou o Senhor Vereador Luís Mendes, pelo facto de não ter participado na referida reunião.

Ponto cinco)Informação sobre a Atividade da Câmara- Foi prestada informação sobre a

Atividade da Câmara Municipal de 4 a 17 de outubro de 2024.



No dia 5 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, esteve presente no “VII Encontro de Poetas”, subordinado ao tema "25 de abril", realizado no Paço dos Henriques, em Alcáçovas, no âmbito das iniciativas promovidas pelo Município no Mês Sénior, a decorrer em outubro. A iniciativa contou com a participação de 9 poetas, e a animação musical foi da responsabilidade do Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo e de Afonso e Estêvão Branco.

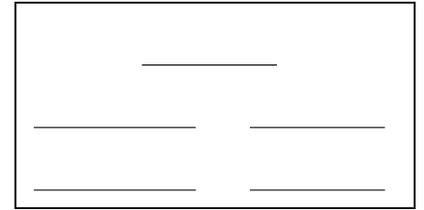
À noite, a convite do Grupo de Amigas Trianeiras do Alentejo, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, esteve presente na IV edição do Festival Flamenco do Alentejo, realizado no Cineteatro Vianense.

No dia 6 de outubro, a convite do Clube de Caçadores e Pescadores “Os Alcaçovenses”, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, esteve presente na Comemoração do Aniversário do Clube, realizada na sua sede. Dia 7 de outubro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, esteve presente na ação de sensibilização subordinada ao tema “Burlas na Terceira Idade”, dinamizada pelo Comando Territorial de Évora, Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo – Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário / Posto da Guarda Nacional Republicana de Viana do Alentejo, realizada no edifício do Paço dos Henriques, em Alcáçovas, no âmbito das iniciativas promovidas pelo Município no Mês Sénior, a decorrer em outubro.

No dia 8 de outubro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, participou por videoconferência na Assembleia Intermunicipal da AMGAP- Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública no Alentejo. Dia 10 de outubro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, a secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago, e a chefe da DESIS – Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, Helena Torrão, estiverem presentes na reunião do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Viana do Alentejo, realizada no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. Na ordem de trabalhos esteve a aprovação da ata da reunião anterior, a apresentação de dados estatísticos do Radar Social, a realização de um trabalho conjunto com vista à priorização dos problemas do Concelho, entre outros assuntos.

No dia 11 de outubro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, procedeu ao atendimento aos municípios, na Delegação da Câmara, em Alcáçovas.

No dia 12 de outubro, a convite da A.M.Ar.T. Alcáçovas, e em representação da Câmara, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, fez parte do júri da “4ª Prova Gastronómica de Alcáçovas”, realizada no âmbito das comemorações do Aniversário da Associação, no Sport Club Alcaçovense. No mesmo dia, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves,



e o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, estiveram presentes no Baile da Pinha, realizado na Sociedade União Alcaçovense, em Alcáçovas, no âmbito das iniciativas promovidas pelo Município no Mês Sénior, a decorrer em outubro. -----

No dia 14 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, e a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, acompanharam os seniores do concelho, na visita ao Oceanário, em Lisboa, no âmbito das iniciativas promovidas pelo Município no Mês Sénior, a decorrer em outubro. -----

No dia 15 de outubro, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, esteve presente na reunião do Conselho Diretivo da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, realizada em Portel. No Dia 17 de outubro, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, participou via online numa reunião da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central sobre as Infraestruturas Escolares - atualização do Plano de Ação Investimentos Territoriais Integrados/CIMAC, referente às necessidades e intenção de investimentos em Infraestruturas Escolares no período de programação 2030. -----

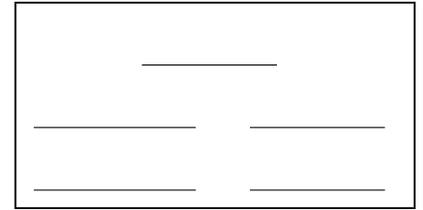
No mesmo dia, o presidente da Câmara, Luís Miguel Duarte, procedeu ao habitual atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho. -----

Nesse dia, o chefe de gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Luciano, e a técnica do Polo da Biblioteca de Aguiar, Angélica Baixinho, estiveram presentes no II Encontro da RIBAC/Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alentejo Central, realizado no Auditório Municipal, em Portel. --

No mesmo dia, a vice-presidente da Câmara, Paula Neves, e a secretária do gabinete de apoio à vereação, Vanda Tiago, estiveram presentes na reunião da Assembleia Intermunicipal dos Municípios Saudáveis, no contexto do IX Fórum da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, realizada no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, no Algarve. -----

No contexto do tema do Fórum «Muda de Vida! Crianças Saudáveis, Crianças Felizes!», a proposta da Declaração de Lagoa, no Algarve, espelha o compromisso dos Municípios da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis em desenvolver políticas públicas que promovam o desenvolvimento global dos territórios e que proporcionem igualdade de oportunidades para uma vida com saúde, desde a primeira infância, privilegiando a promoção do envelhecimento ativo ao longo do ciclo de vida, para um maior número de anos com qualidade de vida. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio o Senhor Vereador Luís Mendes que deixou a sugestão de anexar à Informação da Atividade da Câmara as Ordens de Trabalho das reuniões em que o executivo participava, de forma a terem conhecimentos dos assuntos tratados. -----



Em relação à reunião da Assembleia Intermunicipal dos Municípios Saudáveis, o Senhor Vereador Luís Mendes perguntou se podiam ter acesso à Declaração de Lagoa, de forma a conhecerem o conteúdo da mesma.

A Senhora Vereadora Rita Rafael interveio e disse que também ia solicitar a referida Declaração, e aproveitou para fazer uma pequena correção à Atividade da Câmara.

O Senhor Presidente concordou com a sugestão apresentada pelo Senhor Vereador Luís Mendes.

Ponto seis) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Etnográfico de Viana do

Alentejo (3º trimestre de 2024) - No âmbito do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a transferência de verba para o Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo, no montante de 259,80€ (duzentos e cinquenta e nove euros e oitenta cêntimos), referente ao 3º trimestre de 2024.

Verificou-se a intervenção da Senhora Vereadora Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes que constaram uma incorreção no trimestre a que se referia o apoio, sendo o 3º trimestre e não o 1º conforme referido no ponto.

Ponto sete) Proposta de transferência de verba para a ASTAVA - Associação de Solidariedade

Social dos Trabalhadores das Autarquias do Concelho de Viana do Alentejo (3º trimestre de 2024)

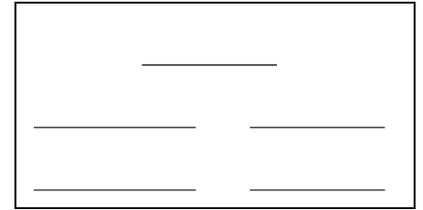
- Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para a ASTAVA - Associação de Solidariedade Social dos Trabalhadores das Autarquias do Concelho de Viana do Alentejo, no montante de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), referente ao 3º. trimestre de 2024.

Ponto oito) Proposta de transferência de verba para o Grupo Coral Feminino Cantares de

Alcáçovas (3º trimestre de 2024) - Conforme Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a Câmara deliberou aprovar a transferência de verba para o Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas, no montante de 327,00€ (trezentos e vinte e sete euros), relativo ao 3º trimestre de 2024.

Ponto nove) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses

(organização Noite de Fados) – Após a intervenção do Senhor Vereador Luís Mendes, que questionou qual o motivo para que este apoio só agora tenho sido pago e do esclarecimento do Senhor Presidente que justificou esta e outras situações, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses, no montante de 400,00€ (quatrocentos euros), como participação na atividade “Noite de Fados”, realizada no dia 20 de janeiro de 2024.



Ponto dez) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses - Grupo Coral de Aguiar (apoio a deslocação); A Câmara deliberou aprovar, nos termos do artigo 8º, do Capítulo II - Regras de Atribuição de Apoio Financeiro, do Regulamento de Apoio Financeiro às Atividades Culturais, a transferência de verba para a Associação dos Amigos Aguiarenses, no montante de 218,40€ (duzentos e dezoito euros e quarenta cêntimos), pela deslocação do Grupo Coral de Aguiar a Mem Martins, dada a indisponibilidade de cedência de viatura municipal.

O Senhor Presidente informou que este Grupo Coral já não estava em atividade, embora ainda mantenham a escrita para que possam receber os apoios em atraso. -----

Ponto onze) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas

(Programa Summer)- A câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba no valor de 1.611,00€, (mil seiscentos e onze euros), em virtude das atividades desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas, nomeadamente, ao Programa Summer 2024 e ao Programa Oficina de Verão 2024.

Ponto 12) Proposta de transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial (Viana - Cáritas)

- limpezas e pinturas das instalações - A câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Fábrica da Igreja Paroquial de Viana do Alentejo (Viana-Cáritas) de Viana do Alentejo, o montante de 1.000,00€ (mil euros), para participação nas despesas de manutenção das instalações (limpezas e pinturas) do Polo da Cáritas. -----

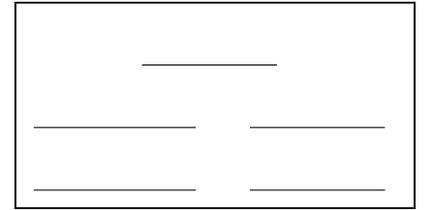
Ponto treze) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa

Alcaçovense (organização de evento) - Com a ausência das Senhoras Vereadoras Paula Neves e Maria Gertrudes Garcia, por se encontrarem impedidas de votar, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense, a quantia de 120,00€, como participação nas despesas com a atividade "Fim de Semana - Aula Aberta".

Ponto catorze) Proposta de transferência de verba para a Santa Casa da Misericórdia de

Alcáçovas (despesa com equipamentos) - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a a Santa Casa da Misericórdia de Alcáçovas, no montante de 5.000,00€ (cinco mil euros), como participação na aquisição de equipamentos de ar condicionado para os quartos dos idosos.

Ponto quinze) Proposta de transferência de verba para a Associação Terras Dentro, no âmbito do Protocolo de colaboração entre o Município e a referida Associação - A Câmara deliberou



aprovar, por unanimidade, a transferência de verba para a Terras Dentro - Associação para o Desenvolvimento Integrado, no montante de 2.470,00€ (dois mil quatrocentos e setenta euros), ao abrigo do Protocolo de Colaboração celebrado entre as duas entidades.-----

Ponto dezasseis) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e Clube Amadores de Pesca de Viana do

Alentejo, para a época desportiva 2024/25 - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba, no âmbito do contrato-programa a celebrar com o Clube Amadores de Pesca, para a época desportiva 2024/25.-----

Ponto dezassete) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Sport Club Alcaçovense, para a época

desportiva 2024/25 - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a transferência de verba, no âmbito do contrato-programa a celebrar com o Sport Club Alcaçovense, para a época desportiva 2024/25.-----

Ponto dezoito) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente autorizou a definição da data e do horário da XXIII Mostra de Doçaria;-----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, interveio a Senhora Vereadora Rita Rafael que disse já ter sido divulgado nas redes sociais as datas da Mostra de Doçaria, quando a Câmara ainda não tinha deliberado. Para além disso, já tinha ficado acordado que as datas para o evento em causa teriam de ser submetidas a ratificação, pois já constavam da documentação das tendas e não havia deliberação da Câmara.-----

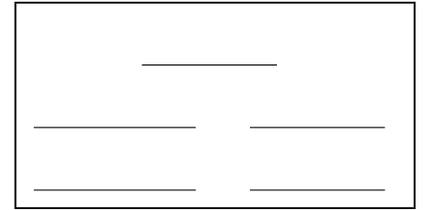
A Senhora Vice-Presidente interveio e disse que aquela situação se deveu ao facto de terem concordado com as datas e haver depois a necessidade de se avançarem com a informação.-----

O Senhor Vereador Luís Mendes acrescentou que o que lhe parecia mais grave, era o facto de a informação ter sido tornada pública antes do despacho da Senhora Vice-Presidente.-----

O Senhor Presidente respondeu que tinha de ser feita uma previsão porque para o processo de aluguer das tendas, tem de haver uma previsão de datas, sendo suscetível de alteração.-----

Para melhor coordenação deste assunto, o Senhor Presidente sugeriu que se fizesse uma informação com as datas dos eventos a realizar ao longo do ano-----

Após o esclarecimento deste assunto, a Câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho da Senhora Vice-Presidente de 14 de outubro de 2024, que autorizou a definição da data e do horário da XXIII Mostra de Doçaria que decorrerá de 6 a 8 de dezembro de 2024.-----



Ponto dezanove) Proposta de emissão de licença e isenção do pagamento de taxas à Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar, para venda de produtos alimentares, na Praça da República, até março de 2025; -----

Na ausência do Senhor Vereador Luís Mendes, por se encontrar impedido, por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, a emissão de licença e respetiva isenção do pagamento de taxas, à Associação de Pais e Encarregados de Educação de Viana do Alentejo e Aguiar, para utilização de espaço na Praça da República em Viana do Alentejo, para venda de produtos alimentares, com vista à angariação de apoios para o Baile de Finalistas. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael questionou o facto de aquele assunto ir a aprovação porque não era habitual.

O Senhor Presidente respondeu que a Associação de Pais solicitou licença, pelo que o assunto foi submetido a reunião de Câmara.

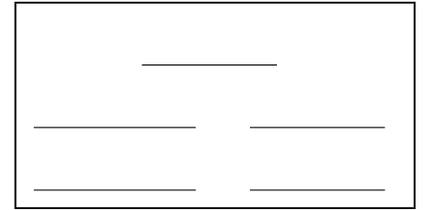
Ponto vinte) Proposta de ratificação do despacho do senhor presidente que determinou a caducidade das tarifas mínimas a pagar pela instalação de divertimentos na Feira D'Aires/2024-

Pelo facto de este ponto ter suscitado dúvidas, o Senhor Presidente solicitou a presença do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, de forma a esclarecer o assunto em causa. -----

O Dr. Mário Grave, Chefe da referida Divisão, explicou que aquela proposta era a que ficava redigida para decisão da Câmara. O Regulamento referia que quer a Feira D'Aires quer a Feira do Chocalho eram feiras francas, ou seja, "não havia lugar ao pagamento de qualquer taxa pela ocupação do espaço." A proposta inicial que tinha vindo à Câmara tinha por objetivo a deliberação sobre os preços mínimos para que as empresas com divertimentos pudessem participar, pagando aquele valor mínimo. Verificou-se que as propostas tinham sido apresentadas depois do prazo e tinha ficado combinado com o Senhor Presidente que se iriam fazer novos contactos para os feirantes que estivessem interessados, mas a custo zero. -----

O Chefe da Divisão de Gestão de Recursos disse que, em sua opinião, correndo o risco de estar errado, era que a proposta teria de ser submetida previamente com a indicação das tarifas mínimas a pagar pelos feirantes. A deliberação que anteriormente tinha sido tomada, ficou sem efeito, uma vez que as propostas não cumpriam os requisitos. -----

O Senhor Vereador Luís Mendes interveio e disse que sendo feira franca não se cobrava, percebia o facto de a Câmara querer ir buscar receita e cobrasse, mas a partir do momento em que os agentes económicos percebessem que poderiam vir de graça se apresentassem as propostas fora



de prazo, iriam repetir o ato.

O Dr. Mário Grave explicou que o objetivo era a caducidade do processo e o que tinha ficado acordado entre o executivo e os vereadores era que fossem feitos novos contactos e que o que viria a reunião de Câmara seria a isenção do pagamento de terrado para aquele ano e para aquela ocasião específica.

Após as intervenções e explicações dadas, a Câmara deliberou ratificar, por maioria, com dois votos favoráveis e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes, o despacho do senhor presidente que determinou a caducidade das tarifas mínimas a pagar pela instalação de divertimentos na Feira D'Aires/2024.

Ponto vinte e um) Proposta de venda de lote de terreno para instalação de atividades

económicas – ZIVA – Após a intervenção da Senhora Vereadora Rita Rafael e do Senhor Presidente, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de venda e um lote de terreno para instalação de atividades económicas na Zona Industrial de Viana do Alentejo.

Ponto vinte e dois) Proposta de ratificação da 32ª alteração orçamental, que engloba a 29ª

alteração permutativa ao Orçamento da Despesa- A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes, a 32ª alteração orçamental, que engloba a 29ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa.

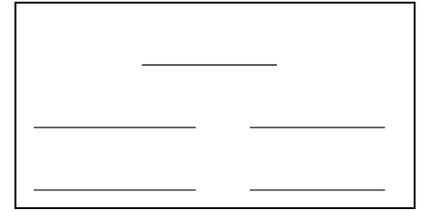
Ponto vinte e três) Proposta de aprovação da 33ª alteração orçamental, que engloba a 30ª

alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 25ª alteração permutativa ao PAM e a 17ª

alteração permutativa ao PPI - A Câmara deliberou aprovar, por maioria, com dois votos a favor e três abstenções por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael e do Senhor Vereador Luís Mendes, a 33ª alteração orçamental, que engloba a 30ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, a 25ª alteração permutativa ao PAM e a 17ª alteração permutativa ao PPI.

Ponto vinte e quatro) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos n.º 20,

referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa Por unanimidade, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Medição nº 20, referente à empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 40 181,76 € (quarenta mil cento e oitenta e um euros e setenta e seis cêntimos).



Ponto vinte cinco) Proposta de aprovação do Auto de Revisão de Preços n.º 20, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa; -----

A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Revisão de Preços nº 20, referente à empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 17 599, 37€ (dezassete mil quinhentos e noventa e nove euros e trinta e sete cêntimos).

Ponto vinte e seis) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares, n.º 6, referente à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária

Dr. Isidoro de Sousa - A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 6, referente à empreitada de Reabilitação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa, em Viana do Alentejo, no montante de 111 556,57€ (cento e onze mil quinhentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e sete cêntimos). -----

Ponto vinte e sete) Proposta de aprovação do 4º pedido de prorrogação de prazo da Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanas (ASA), em Viana do Alentejo; - A Câmara

deliberou aprovar, por maioria, com três votos favoráveis e duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Maria Gertrudes Garcia e Rita Rafael. o 4º pedido de prorrogação de prazo da Empreitada de Construção da Área de Serviço para Autocaravanismo (ASA), em Viana do Alentejo.

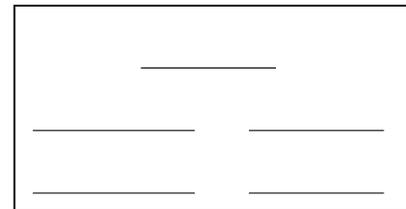
Verificou-se a intervenção do Senhor Vereador Luís Mendes, da Senhora Vereadora Maria Gertrudes Garcia e do Senhora Vereadora Rita Rafael.

Ponto vinte e oito) Proposta de aprovação do Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 2, referente à Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de

Viana do Alentejo - A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar Auto de Vistoria e Medição de Trabalhos Complementares nº 2, referente à empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo, no montante de 15 935,12€ (quinze mil novecentos e trinta e cinco euros e doze cêntimos).

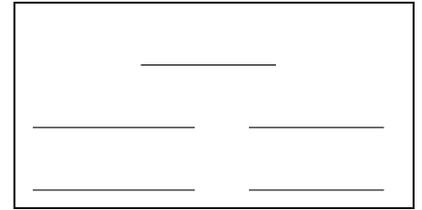
Verificou-se a intervenção da Senhora Vereadora Rita Rafael e do Senhor Presidente. -----

Ponto vinte e nove) Proposta de discussão e de aprovação da pronúncia do Município de Viana do Alentejo sobre o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, na área dos Concelhos de Montemor-o-Novo, Évora, Viana do Alentejo e Vendas Novas, no âmbito da Consulta Pública do – Depois das intervenções das Senhoras Vereadoras



Rita Rafael e Maria Gertrudes Garcia, do Senhor Vereador Luís Mendes e do Senhor Presidente acerca deste ponto, a Câmara deliberou pronunciar-se sobre o pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais, na área dos Concelhos de Montemor-o-Novo, Évora, Viana do Alentejo e Vendas Novas, no âmbito da Consulta Pública do Processo. -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezanove horas e quarenta e cinco minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade. -----



Eu,
O Presidente,

Os Vereadores,

, Assistente Técnica, a subscrevi

OPERAÇÕES EM EXECUÇÃO/CONCLUÍDAS

Operação	Responsáveis	Designação da Operação	Data de apresentação da candidatura	Fundo	Estado da Operação	Ponto de Situação
ALT20-08-2114-FEDER-000239	GADE/DIMSU	Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo	31/10/2019	Alentejo 2020	Concluída	A empreitada iniciou a 24/11/2023 e ficou concluída a 20/09/2023.
ALT20-02-5673-FEDER-000059	GADE/DIMSU	Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa	28/12/2017	Alentejo 2021	Concluída (a restante empreitada é da 2ª fase)	A empreitada só iniciou em Janeiro de 2023 tendo como data de término 29/12/2023. Foi executado 53,79% da empreitada.
P071118	GADE/DIMSU	Criação e Dinamização da Rede de Infraestruturas para o Autócaro Alentejo e Ribatejo - Criação de áreas de serviço (ASA)	28/09/2018	Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior - (Aviso nº1)- Turismo Portugal	Em execução	A empreitada iniciou a 30/01/2024 e encontra-se em execução.
PDR2020-10.2.1.6-FEADER-091626	GADE/DIMSU	Reabilitação dos tanques do Concelho de Viana do Alentejo e requalificação do espaço adjacente	12/09/2022	PDR 2020	Em execução	A empreitada ficará concluída até ao final do mês de outubro
PRR-RE-C03-i01-07-000208	GADE/DIMSU	TO 1.3. Radar Social – Criação de Equipas para Projeto Piloto	09/10/2023	PRR(Segurança Social)	Em execução	A operação encontra-se em execução
3542	GADE/DCD	Aquisição de equipamento de projeção digital de cinema (DCP) e de vídeo, imagem e tecnologia para cineteatros e centros de arte contemporânea públicos	Orientação Técnica (OT) N.º 08/C04-i01/2022	PRR (GEPAC)	Em execução	Todo o equipamento foi adquirido e encontra-se em funcionamento. Já foi apresentado o saldo final da operação.
	GADE/DESI	"Aquisição de Equipamentos Informáticos para os Utilizadores das Bibliotecas Municipais da Rede Intermunicipal de Bibliotecas do Alentejo Central"	Acordo de parceria com a CIMAC	PRR (GEPAC)	Em execução	Todo o equipamento (5 COMPUTADORES) foi adquirido e encontra-se em funcionamento.
2033	GADE/DIMSU	Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidades de energia primária pelo menos inferiores em 20% ao padrão NZEB, para substituir edifícios desadequados - 3ª Fase -AGUIAR	30/09/2022	PRR(ACSS)	Em execução	Encontra-se em execução
2035	GADE/DIMSU	Construir novas unidades/polos de saúde, com necessidades de energia primária pelo menos inferiores em 20% ao padrão NZEB, para substituir edifícios desadequados - 3ª Fase- ALCAÇOVAS	30/09/2022	PRR(ACSS)	Em execução	Encontra-se em execução
7643	GADE/DIMSU	Requalificar ou adaptar edifícios para aumentar a eficiência energética, cumprir planos de contingência e/ou assegurar a acessibilidade, a segurança e o conforto de utentes e profissionais 3.ª Fase	22/12/2023	PRR(ACSS)	Em execução	Aguardamos a aprovação do programa funcional para posterior aprovação do projeto de execução. Só posteriormente é que se pode lançar a empreitada.

ALT20-02-5617-FEDER-000004	GADE/DIMSU	Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas	27/04/2023	Alentejo 2020	Desistida	Por indicação da Autoridade de Gestão, o município desiste desta candidatura indo submeter nova candidatura ao aviso N.º 01/C06-i09/2023 - Programa de Recuperação/Reabilitação de Escolas Modernização dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e secundário- COMPONENTE 6 - INVESTIMENTO RE-C06-i09- Escolas Novas ou Renovadas, do PRR
	GADE/DIMSU	Promoção da complementaridade do sistema de transportes com os modos clicável e pedonal do Concelho Viana do Alentejo	31/08/2023	Fundo para o Serviço Público de Transportes	Aprovada sem dotação financeira	
	GADE/DIMSU	Melhoria de interfaces e paragens de transporte público Concelho Viana do Alentejo	31/08/2023	Fundo para o Serviço Público de Transportes	Aprovada sem dotação financeira	
	DUAP	Reabilitação de 22 fogos- Aguiar	28/03/2024	PRR(IRHU- 1º DIREITO)		A operação encontra-se aprovada no 1º Direito, foi assinado o acordo de colaboração entre o IRHU e o Município a 04/08/2021.
	DUAP	Reabilitação de 4 fogos- Viana do Alentejo	28/03/2024	PRR(IRHU- 1º DIREITO)		A operação encontra-se aprovada no 1º Direito, foi assinado o acordo de colaboração entre o IRHU e o Município a 04/08/2021.
10915	GADE/DIMSU	Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas	30/04/2024	PRR(CCDRA)	em análise	
922	GADE/DIMSU	Acessibilidades Espaço Público do Concelho de Viana do Alentejo	31/05/2022	PRR (INR)	em análise	Solicitamos esclarecimentos ao Instituto Nacional de Reabilitação, que informou que temos 44 candidaturas, sem dotação, submetidas anteriormente à nossa.
	GADE/DIMSU	AQUISIÇÃO DE "AUTOCARRO LIMPO" - CONCELHO DE VIANA DO ALENTEJO	31/07/2024	PRR(Fundo Ambiental)	em análise	Foram solicitados esclarecimentos adicionais
ALT2030-FEDER-01433400	GADE/DIMSU	Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa - 2ª Fase	28/08/2024	Alentejo 2030 (ITI)	em análise (CIMAC)	
ALT2030-FSE+-01313900	GADE/DESI	5 Estrelas 2.0	28/06/2024	Alentejo 2030 (ITI)	em análise (CIMAC)	
	GADE/DIMSU	"Aquisição e desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana", no âmbito do Aviso disponibilizado pela AMA – Agência para a Modernização Administrativa, integrado na Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes,		PRR(AMA)		Candidatura conjunta a ser apresentada pela CIMAC, está em fase de preparação.

Aviso nº ALT2030-2024-33	GADE/DIMSU	Ciclo urbano da água em baixa (sistemas de titularidade estatal e sistemas de titularidade municipal ou intermunicipal, incluindo parcerias Estado-municípios) (ITI)		Alentejo 2030 (ITI)		Candidatura em preparação, os projetos de execução da empreitada a são a ser atualizados
Aviso nº ALT2030-2024-18	GADE/DIMSU	Requalificação da rede do ensino básico e/ou secundário		Alentejo 2030 (ITI)		A candidatura visa a requalificação da escola básica de Aguiar. Está em fase de preparação dos projetos de arquitetura e engenharia
Aviso nº ALT2030-2024-32	GADE/DIMSU	Eficiência Energética na Administração Local - ITI CIM		Alentejo 2030 (ITI)		Vai ser candidatado a delegação de Alcáçovas e a Biblioteca de Viana do Alentejo. Em fase de preparação dos projetos de execução.
AVISO N.º ALT2030-2024-14	GADE/DIMSU	Incubadora de Empresas do Concelho de Viana do Alentejo		Alentejo 2030 (ITI)		Os projetos de arquitetura e de especialidades estão em fase de conclusão.
	GADE/DIMSU	Centro de Olaria e Cerâmica		Alentejo 2030 (ITI)		Inicialmente a CIMAC integrou esta candidatura no Património Cultural , aviso aberto recentemente (ALT2030-2024-29) ITI, no entanto fomos notificados que após uma análise mais detalhada ao Regulamento aplicável (RE VTIS), artigo 88.º “Não são elegíveis operações para novos equipamentos coletivos de cariz cultural”. Sendo necessário a reclassificação da Tipologia de Ação para o PCN (Património Cultural e Natural). Enviamos mail a concordar 7/10/2024, sendo que agora é necessário a CIMAC formalizar esta reafectação de verbas.
Aviso Nº ALT2030-2024-37	GADE/DCD	Inclusão pela Cultura		Alentejo 2030 (ITI)		Candidatura conjunta a ser apresentada pela CIMAC, está em fase de preparação.
Aviso Nº ALT2030-2024-29	GADE/DIMSU	Ciclo Urbano da Água - Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização		Alentejo 2030		aguardamos resposta ao pedido de esclarecimentos por parte CCDRA